

BRUNO MIRAGEM

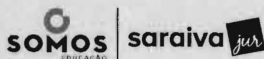
DI
REI
TO
CI
VIL

Direito das Obrigações

2017

saraiva  jur

ISBN 978-85-472-1471-5

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ALINE GRAZIELE BENITEZ CRB-8/9922Av. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902
SAC | 0800-0117875
De 2ª a 6ª, das 8h às 18h
www.editorasaraiva.com.br/contato

M636d Miragem, Bruno

Direito civil : direito das obrigações / Bruno Miragem. – São Paulo: Saraiva, 2017.

Inclui bibliografia.

1. Direito civil - Brasil 2. Direito das obrigações. I. Título.

CDU 347.4 (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito civil : direito das obrigações 347.4 (81)

Presidente Eduardo Mufarej
Vice-presidente Claudio Lensing
Diretora editorial Flávia Alves Bravin

Conselho editorial
Presidente Carlos Ragazzo
Consultor acadêmico Murilo Angeli Dias dos Santos

Gerência
Planejamento e novos projetos Renata Pascual Müller
Concursos Roberto Navarro
Legislação e doutrina Thais de Camargo Rodrigues

Edição Bruna Schindwein Zeni

Produção editorial Ana Cristina Garcia (coord.)
Luciana Cordeiro Shirakawa
Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Guilherme H. M. Salvador
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Mônica Landi
Surane Vellenich
Tatiana dos Santos Romão
Tiago Dela Rosa

Diagramação e revisão Microart Design Editorial

Comunicação e MKT Elaine Cristina da Silva
Capa Aero Comunicação / Danilo Zanott

Produção gráfica Maril Rampim

Impressão e acabamento Gráfica Paym

Data de fechamento da edição: 24-1-2017Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 602996 CAE 616001

1089969

SUMÁRIO

<i>Apresentação</i>	17
I. INTRODUÇÃO AO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	21
1. Definição e evolução histórica do direito das obrigações.....	21
1.1. Características da relação obrigacional.....	26
1.2. Conteúdo da relação obrigacional.....	28
1.3. Distinção da relação obrigacional e da relação de direito real (relação real).....	31
1.4. Obrigações reais. Obrigações <i>propter rem</i> . Distinção dos ônus reais.....	32
2. Importância do direito das obrigações.....	36
3. Situação do direito das obrigações no sistema jurídico brasileiro.....	41
4. Obrigação como processo.....	42
4.1. Estrutura da obrigação como processo: deveres decorrentes da relação obrigacional.....	43
4.2. Compreensão dual da relação obrigacional: débito e responsabilidade.....	46
5. Unificação do direito das obrigações no Código Civil de 2002.....	48
6. Elementos da relação obrigacional.....	55
6.1. Sujeitos.....	55
6.2. Objeto.....	56
6.2.1. A patrimonialidade do objeto.....	56
6.2.2. Objeto da obrigação: prestação de fato e prestação de coisa.....	57

6.2.3.	Obrigações pecuniárias: prestação de dinheiro	60
6.2.3.1.	Princípio nominalista das prestações pecuniárias...	62
6.2.3.2.	Dívidas de dinheiro e dívidas de valor	65
6.2.4.	Requisitos do objeto	67
6.2.4.1.	Licitude	67
6.2.4.2.	Possibilidade.....	68
6.2.4.3.	Determinação.....	69
6.2.5.	Complexidade do objeto da relação obrigacional: a obrigação como totalidade	70
6.3.	Fato jurídico	72
6.4.	Garantia	72
II.	FONTES DAS OBRIGAÇÕES.....	77
1.	Aproximação histórica das fontes das obrigações	77
2.	Divisão clássica quadripartida das fontes obrigacionais.....	78
3.	Situação atual da divisão das fontes obrigacionais	79
4.	Obrigações originadas por negócios jurídicos.....	82
4.1.	Negócio jurídico bilateral: contrato.....	85
4.1.1.	Contrato e causa	88
4.1.2.	Eficácia obrigacional e eficácia real do contrato.....	95
4.2.	Negócio jurídico unilateral.....	97
4.2.1.	Promessa de recompensa.....	99
5.	Obrigações decorrentes de imputação legal.....	100
5.1.	Atos ilícitos.....	102
5.2.	Imposição legal do dever de prestação	107
6.	Obrigações decorrentes de condutas sociais típicas	109
7.	Obrigações decorrentes da gestão de negócios	110
7.1.	Requisitos.....	111
7.2.	Efeitos	112
7.2.1.	Obrigações do gestor	113
7.2.2.	Obrigações do dono do negócio.....	114
8.	Obrigações decorrentes de enriquecimento sem causa	114
8.1.	Situações específicas de enriquecimento sem causa: paga- mento indevido.....	120

8.2. Situações específicas de enriquecimento sem causa: lucro de intervenção	121
III. PRINCÍPIOS DO DIREITO DAS OBRIGAÇÕES.....	125
1. A proteção da confiança no direito das obrigações	125
2. Princípio da boa-fé	128
2.1. A boa-fé como cláusula geral.....	131
2.2. Funções da boa-fé	132
2.3. Situações típicas derivadas da boa-fé	137
3. Princípio da autonomia da vontade.....	138
3.1. Autonomia da vontade e vinculatividade	141
3.2. Autonomia da vontade e relatividade	142
4. Princípio do equilíbrio ou equivalência material	144
5. Princípio da solidariedade.....	147
5.1. Eficácia externa das obrigações em relação a terceiros	149
5.2. Relação obrigacional e respeito à ordem pública e aos bons costumes	153
IV. CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	157
1. Obrigações civis e obrigações naturais.....	157
1.1. Características das obrigações naturais	159
1.2. Algumas hipóteses de obrigações naturais	160
2. Modalidades de obrigação quanto ao conteúdo da prestação principal	163
2.1. Obrigação de dar.....	163
2.1.1. Obrigação de dar coisa certa.....	164
2.1.1.1. Tempo e modo do adimplemento: transmissão do domínio sobre a coisa e os riscos da prestação ..	166
2.1.1.2. Inadimplemento total ou parcial da obrigação de dar coisa certa	169
2.1.1.3. Perda ou deterioração da coisa por culpa do devedor	170
2.1.1.4. Perda ou deterioração da coisa sem culpa do devedor	172
2.1.2. Obrigações de restituir.....	174
2.1.2.1. Perda da coisa a ser restituída e inadimplemento...	174

2.1.2.2.	Deterioração da coisa a ser restituída e inadimplemento	176
2.1.2.3.	Superveniência de melhoramentos e acréscimos à coisa antes da restituição	177
2.1.3.	Obrigação de dar coisa incerta.....	180
2.2.	Obrigação de fazer.....	182
2.2.1.	Obrigações de cumprimento personalíssimo (<i>intuitu personae</i>).....	184
2.2.2.	Obrigação de declarar vontade.....	185
2.2.3.	Inadimplemento da obrigação de fazer.....	185
2.2.3.1.	Tutela processual para cumprimento específico da obrigação de fazer.....	188
2.3.	Obrigação de não fazer.....	189
3.	Pluralidade de prestações: obrigações cumulativas	192
4.	Pluralidade de prestações: obrigações alternativas	193
4.1.	Titularidade e exercício do direito de escolha da prestação	194
4.2.	Impossibilidade de cumprimento e inadimplemento.....	195
5.	Obrigações facultativas.....	196
6.	Classificação da obrigação quanto � divisibilidade do objeto.....	197
6.1.	Obrigações indivisíveis.....	198
6.2.	Obrigações divisíveis	200
6.3.	Efeitos da divisibilidade da prestação em relação à pluralidade de devedores.....	201
6.4.	Efeitos da divisibilidade da prestação em relação à pluralidade de credores	201
6.5.	Perda da indivisibilidade	203
7.	Obrigações solidárias.....	204
7.1.	Fundamento e natureza da solidariedade.....	207
7.2.	Espécies de obrigações solidárias.....	211
7.3.	Solidariedade ativa.....	212
7.3.1.	Efeitos da solidariedade ativa.....	214
7.3.2.	Conversão da obrigação solidária original em perdas e danos	218
7.3.3.	Oposição de exceções pessoais do devedor	219

7.4.	Solidariedade passiva.....	220
7.4.1.	Inadimplemento culposo da obrigação e seus efeitos aos codevedores solidários	224
7.4.2.	Oposição de exceções pessoais do devedor	226
7.4.3.	Vencimento antecipado da dívida em relação a um dos devedores solidários.....	227
7.4.4.	Morte de um dos devedores solidários	228
7.4.5.	Renúncia à solidariedade pelo credor	229
7.4.6.	Eficácia do pagamento na relação interna entre os devedores solidários	230
8.	Obrigações de execução instantânea, diferida ou duradoura	233
9.	Obrigações puras, condicionais, a termo e com encargo.....	235
10.	Obrigações de meio, de resultado e de garantia.....	238
11.	Obrigações principais e acessórias.....	242
V.	TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	245
1.	Alteração da posição subjetiva da relação obrigacional	245
2.	Cessão de crédito	249
2.1.	Requisitos da cessão de crédito.....	251
2.2.	Eficácia da cessão de crédito	255
2.2.1.	Efeitos da cessão de crédito em relação ao devedor	257
2.2.2.	Responsabilidade do cedente perante o cessionário....	260
3.	Assunção de dívida.....	263
3.1.	Espécies	266
3.2.	Requisitos da assunção de dívida	269
3.3.	Eficácia da assunção de dívida	273
4.	Cessão de posição contratual (Cessão do contrato).....	275
4.1.	Requisitos da cessão de posição contratual	279
4.2.	Efeitos da cessão de posição contratual.....	284
VI.	ADIMPLENTO E EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	287
1.	Conceito de adimplemento	287
2.	Adimplemento e deveres de boa-fé	290
3.	Adimplemento e causas de extinção das obrigações.....	293

4.	Pagamento.....	295
4.1.	Natureza jurídica do pagamento.....	300
4.2.	Condições subjetivas do pagamento.....	306
4.2.1.	De quem deve pagar.....	306
4.2.1.1.	Pagamento por pessoa titular de interesse jurídico na extinção da dívida.....	307
4.2.1.2.	Pagamento por pessoa sem interesse jurídico na extinção da dívida.....	309
4.2.2.	A quem se deve pagar.....	313
4.2.2.1.	Pagamento realizado ao credor ou a seu representante.....	314
4.2.2.2.	Pagamento realizado a terceiro que não é credor..	316
4.2.2.3.	Pagamento realizado a credor incapaz.....	320
4.2.2.4.	Pagamento realizado a credor cujo crédito foi penhorado.....	322
4.3.	Condições objetivas do pagamento.....	323
4.3.1.	Obrigações pecuniárias e pagamento.....	326
4.3.2.	Cláusula de escala móvel.....	333
4.3.3.	Cláusula de renegociação.....	335
4.3.4.	Revisão judicial do objeto da obrigação.....	337
4.3.4.1.	Revisão do objeto da obrigação e teoria da imprevisão.....	342
4.3.4.2.	Revisão do objeto da obrigação e teoria da onerosidade excessiva.....	344
4.3.4.3.	Revisão do objeto da obrigação e teoria da base do negócio jurídico.....	345
4.3.4.4.	Revisão do objeto da obrigação e exceção da ruína	350
4.3.4.5.	Revisão judicial do objeto da obrigação segundo o art. 317 do Código Civil.....	352
4.3.5.	Do lugar do pagamento.....	355
4.3.6.	Do tempo do pagamento.....	361
4.3.6.1.	Realização e exigibilidade da prestação conforme a espécie de obrigação.....	362
4.3.6.2.	Antecipação da exigibilidade da prestação.....	366
4.4.	Da prova do pagamento.....	369

4.4.1.	O ato de quitação.....	369
4.4.2.	Presunção de quitação	372
4.5.	Modalidades especiais de pagamento	376
4.5.1.	Pagamento em consignação	378
4.5.1.1.	Natureza jurídica do pagamento em consignação ...	383
4.5.1.2.	Situações que autorizam o pagamento em consignação.....	384
4.5.1.2.1	Mora do credor	387
4.5.1.2.2	Insegurança subjetiva e objetiva quanto à realização satisfatória da prestação	388
4.5.1.3.	Pressupostos do pagamento em consignação	391
4.5.1.4.	Efeitos do pagamento em consignação	394
4.5.1.5.	Levantamento do depósito	395
4.5.2.	Pagamento com sub-rogação	396
4.5.2.1.	Sub-rogação legal.....	400
4.5.2.2.	Sub-rogação convencional.....	403
4.5.2.3.	Efeitos do pagamento com sub-rogação.....	406
4.5.3.	Imputação do pagamento.....	408
4.5.3.1.	As espécies de imputação	412
4.5.3.2.	Imputação do pagamento e tutela do interesse do credor.	413
4.5.4.	Dação em pagamento.....	414
4.5.4.1.	Requisitos.....	417
4.5.4.2.	Efeitos.....	421
5.	Novação	425
5.1.	Pressupostos da novação.....	428
5.2.	Espécies de novação.....	433
5.2.1.	Novação objetiva ou real	433
5.2.2.	Novação subjetiva ou pessoal	435
5.2.3.	Novação mista.....	437
5.3.	Efeitos da novação	438
6.	Compensação	440
6.1.	Espécies.....	444

6.1.1.	Compensação legal	444
6.1.2.	Compensação convencional	452
6.1.3.	Compensação judicial	454
6.2.	Dívidas insuscetíveis de compensação	457
6.3.	Restrições à compensação	461
6.4.	Efeitos da compensação	462
7.	Confusão	463
7.1.	Pressupostos da confusão	466
7.2.	Espécies de confusão	467
7.3.	Efeitos da confusão	469
8.	Remissão de dívidas	471
8.1.	Espécies de remissão	473
8.2.	Presunções de liberação	474
8.3.	Efeitos da remissão	476
VII.	INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES.....	479
1.	Caracterização do inadimplemento das obrigações	479
1.1.	Inadimplemento e deveres decorrentes da relação obrigacio- nal	484
1.2.	Inadimplemento e interesse útil do credor	486
1.3.	Inadimplemento e tutela da confiança	488
1.4.	Inadimplemento e impossibilidade de realização da prestação devida	491
2.	Classificação das espécies de inadimplemento	494
2.1.	Inadimplemento absoluto	494
2.1.1.	Inadimplemento absoluto e responsabilidade por da- nos decorrentes de ato ilícito absoluto	496
2.1.2.	Inadimplemento de obrigações positivas e de obriga- ções negativas	498
2.1.3.	Distinção entre contratos benéficos e onerosos em relação à responsabilidade do devedor por inadim- plemento	499
2.2.	Inadimplemento relativo (mora)	500
2.2.1.	Mora do devedor	502

2.2.1.1. Constituição em mora (mora <i>ex re</i> e mora <i>ex persona</i>).....	505
2.2.1.2. Responsabilidade do devedor pela mora	509
2.2.1.3. Purga da mora pelo devedor	511
2.2.2. Mora do credor	513
2.2.2.1. Responsabilidade do credor pela mora	515
2.2.2.2. Purga da mora	516
2.3. Inadimplemento de deveres anexos ou laterais: a violação positiva do crédito	517
2.4. Inadimplemento antecipado	521
3. Situações que excluem a responsabilidade pelo inadimplemento: o caso fortuito ou de força maior	525
3.1. Características do caso fortuito e da força maior	528
3.2. Distinção entre caso fortuito e a força maior. Situação atual ...	529
3.3. O fortuito interno e o fortuito externo	530
3.4. Efeitos do caso fortuito e da força maior.....	532
4. Eficácia legal do inadimplemento imputável e responsabilidade do devedor	534
4.1. Direito de resolução.....	535
4.2. Perdas e danos.....	537
4.2.1. Distinção entre os interesses contratuais positivos e interesses contratuais negativos.....	540
4.2.2. Conteúdo dos danos emergentes	542
4.2.3. Conteúdo dos lucros cessantes	545
4.3. Juros	548
4.3.1. Juros compensatórios.....	551
4.3.2. Juros moratórios	553
4.3.3. Indenização suplementar no inadimplemento de obrigações pecuniárias.....	557
4.4. Atualização monetária	559
4.5. Honorários advocatícios	561
5. Cláusula penal.....	562
5.1. Funções da cláusula penal.....	564

5.2.	Espécies	566
5.2.1.	Cláusula penal compensatória	567
5.2.3.	Cláusula penal moratória.....	568
5.3.	Efeitos	570
5.3.1.	Cláusula penal compensatória e indenização suplementar.....	571
5.3.2.	Efeitos da cláusula penal conforme a divisibilidade da obrigação.....	572
5.4.	Limite e controle judicial do valor da cláusula penal	574
5.5.	Distinção da cláusula penal e outras figuras afins	579
5.5.1.	Cláusula penal e cláusula de arrependimento (ou multa penitencial)	579
5.5.2.	Cláusula penal e abono de pontualidade	580
5.5.3.	Cláusula penal e cláusula limitativa de indenização....	582
5.5.4.	Cláusula penal e arras	583
6.	Situações que atenuam a responsabilidade pelo inadimplemento.....	584
6.1.	Cláusulas de limitação e de exclusão de responsabilidade.....	586
6.1.1.	Limites à estipulação das cláusulas de limitação e exclusão de responsabilidade.....	589
6.1.2.	Cláusulas de limitação e exoneração de responsabilidade nos contratos de consumo	592
6.2.	Adimplemento substancial (ou inadimplemento irrelevante)...	593
6.3.	Compensação dos benefícios e prejuízos do credor (<i>Compensatio lucri cum damni</i>)	598
6.4.	Dedução dos danos resultantes de agravamento do devedor ...	602
6.5.	O inadimplemento eficiente	605
VIII.	DAS ARRAS OU SINAL	609
1.	Definição e função	609
2.	Espécies	612
2.1.	Arras confirmatórias	612
2.2.	Arras penitenciais.....	614
3.	Arras e relações de consumo	615
IX.	GARANTIAS DAS OBRIGAÇÕES	617

1.	A noção de garantia das obrigações	617
1.1.	Meios conservatórios do interesse do credor	620
1.2.	Meios coercitivos de tutela do interesse do credor.....	622
1.3.	Meios acautelatórios do interesse do credor	624
1.4.	Meios coativos de tutela do interesse do credor.....	625
2.	Limites à eficácia da responsabilidade patrimonial do devedor	626
3.	Igualdade entre os credores: <i>Par conditio creditorum</i>	635
4.	Insolvência do devedor	636
5.	Preferências e privilégios creditórios	641
5.1.	Privilégios especiais.....	643
5.2.	Privilégios gerais	647
6.	Classificação das garantias	649
6.1.	Garantia geral e garantias especiais	650
6.2.	Garantias pessoais, garantias reais e garantias fiduciárias	651
6.3.	Garantias acessórias e garantias autônomas.....	652
7.	Espécies de garantias especiais	654
7.1.	Garantias acessórias	655
7.2.	Garantias pessoais	655
7.2.1.	Fiança	656
7.3.	Garantias reais.....	660
7.3.1.	Penhor.....	661
7.3.2.	Hipoteca.....	669
7.3.3.	Anticrese	675
7.4.	Garantias fiduciárias.....	676
7.4.1.	Alienação fiduciária.....	678
7.4.2.	Cessão fiduciária de direitos	684
7.3.	Garantias autônomas.....	688
7.3.1.	Aval.....	689
7.3.2.	Garantias bancárias no comércio internacional	692
7.3.3.	Cartas de conforto	699
<i>Referências</i>		701